

"CÉU TELECOM E SOLUÇÕES LTDA."

CNPJ: 07.779.608/0001-05

NIRE: 3120746275-1

7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ROSILANE DA COSTA RESENDE, brasileira, empresária, separada judicialmente, residente e domiciliada na Rua Ana Hilbert, 60 – apto. 404, bairro Santa Helena – CEP 30.642-190 em Belo Horizonte/MG, portadora da Carteira de Identidade nº. M-6.542.501 expedida pela SSP/MG e do CPF nº. 036.720.616-11.

MARIA APARECIDA DE RESENDE, brasileira, empresária, separada judicialmente, residente e domiciliada na Rua Maria Perez Ballesteros, 110, bairro Tirol – CEP 30.662-440 em Belo Horizonte/MG, portadora da Carteira de Identidade nº. M-4.471.024 expedida pela SSP/MG e do CPF 693.362.706-30.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada, **CÉU TELECOM E SOLUÇÕES LTDA**, com sede à Rua Lima Duarte, nº. 237, bairro Carlos Prates – CEP 30710-470, em Belo Horizonte/MG, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 3120746275-1 em 02/01/2006, e inscrita no CNPJ sob o nº. 07.779.608/0001-05, resolvem na melhor forma do direito, **alterar parcialmente o Contrato Social** nos termos abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA: As sócias resolvem, neste ato, criar duas filiais, conforme abaixo descrito:

Filial I (Escritório Administrativo): estabelecida à Avenida do Contorno, nº. 2.905 – Salas 401, 402, 404, Edifício Paulo Antonino Las Casas, bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG – CEP 30110-013.

Filial II: estabelecida à Rua José Alexandre Buaiz, nº. 300 – Edifício Work Center, Salas 709 e 710, Enseada do Suá, Vitória/ ES, CEP 29050-545, que girará com o Capital Social da matriz, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, tendo com objeto social às seguintes atividades: comércio atacadista de equipamentos eletro-eletrônicos, instrumentação, importação e exportação destes produtos, locação, instalação, manutenção e comercialização de equipamentos de radiocomunicação, instalação de sites para radiocomunicação, incluindo site-survey, testes locais e por software, sistemas irradiante, rádios de banda larga sem fio, radio backbone sem fio, serviços relacionados com sistemas de cabeamento de rede metálica e por fibra ótica incluindo os equipamentos de distribuição e transmissão desses meios.

Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.


M. Aparecida de Resende

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO:

A razão social continua a ser "CEU TELECOM E SOLUÇÕES LTDA.", com sede à Rua Lima Duarte, nº. 237, bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte/MG – CEP 30710-470.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS FILIAIS:

A sociedade possui às seguintes filiais:

Filial I (Escritório Administrativo): estabelecida na Avenida do Contorno, nº. 2.905 – Salas 401, 402, 404, Edifício Paulo Antonino Las Casas, bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte/MG – CEP 30110-013;

Filial II: estabelecida à Rua José Alexandre Buaiz, nº. 300 – Edifício Work Center, Salas 709 e 710, Enseada do Suá, Vitória/ ES, CEP 29050-545, que girará com o Capital Social da matriz, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, tendo com objeto social às seguintes atividades: comércio atacadista de equipamentos eletro-eletrônicos, instrumentação, importação e exportação destes produtos, locação, instalação, manutenção e comercialização de equipamentos de radiocomunicação, instalação de sites para radiocomunicação, incluindo site-survey, testes locais e por software, sistemas irradiante, rádios de banda larga sem fio, radio backbone sem fio, serviços relacionados com sistemas de cabeamento de rede metálica e por fibra ótica incluindo os equipamentos de distribuição e transmissão desses meios.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO E INICIO DE ATIVIDADE: A sociedade teve inicio de suas atividades em 02/01/2006 e possui prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: O objeto é o comércio de equipamentos eletro-eletrônicos, instrumentação, importação e exportação destes produtos, locação, instalação, manutenção e comercialização de equipamentos de radiocomunicação, instalação de sites para radiocomunicação, incluindo site-survey, testes locais e por software, sistemas irradiante, rádios de banda larga sem fio, radio backbone sem fio, serviços relacionados com sistemas de cabeamento de rede metálica e por fibra ótica incluindo os equipamentos de distribuição e transmissão desses meios.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: O capital social totalmente integralizado de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 (quatrocentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do país, e está assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	Percentual do Capital Social	QUOTAS	VALOR (R\$)
ROSILANE DA COSTA RESENDE	99%	396.000	396.000
MARIA APARECIDA DE RESENDE	1%	4.000	4.000



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA SEXTA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade será administrada pela sócia **Rosilane da Costa Resende**, acima qualificada, com poderes para representar a sociedade em juízo ou fora dele e assinar todos os documentos de interesse social em separadamente. Autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio (artigo 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064; CC/2002).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao administrador é facultado, no limite de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar (artigo 1.018 do CC/2002).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A sociedade poderá, eventualmente, admitir administrador não sócio, o qual será admitido em ato separado, investindo-se no cargo mediante posse no livro de atas da sociedade.

CLÁUSULA SÉTIMA - REUNIÃO DE SÓCIOS: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas por escrito (carta com AR), com 08 (oito) dias de antecedência, pelos administradores ou pelos sócios, nas hipóteses do art. 1.073 do Código, uma vez por ano, para encerramento do exercício social, nos termos do Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona, e, a qualquer momento, para tratar de assunto de interesse social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As deliberações serão tomadas por maioria de votos do capital social, cabendo a cada quota um voto, ressalvadas as disposições legais aplicáveis, quanto ao quorum.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Dispensa-se a reunião quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dispensa-se o registro das atas de reuniões, bem como a publicação das mesmas, que deverão ser lavradas no livro competente, assinadas pelos participantes. Na hipótese de alteração na estrutura da empresa, as atas de reuniões deverão ser registradas.

CLÁUSULA OITAVA - RETIRADA PRÓ-LABORE: O sócio administrador terá direito a uma retirada Pró-labore que será levada a débito de despesas administrativas ou conta semelhante.

CLÁUSULA NONA - ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico (artigo 1.065, CC/2002).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os lucros e perdas apurados em balanço poderão ser distribuídos ou suportados pelos sócios em proporções diferentes da participação no capital social ou permanecer como saldo de Reserva de Lucros Acumulados, podendo, os

sócios, todavia, optarem pelo aumento do Capital Social, com a utilização dos lucros ou compensarem prejuízos acumulados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso (artigos 1.071 e 1.072, § 2º e 1.078, CC/2002).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Até trinta dias antes da data marcada para a assembléia, o balanço patrimonial e o resultado econômico da sociedade, devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: Nenhum dos sócios desta sociedade poderá transferir ou de qualquer forma alienar suas quotas de capital no todo ou em parte a pessoas estranhas a elas, sem o consentimento expresso do outro sócio, que em igualdade de condições terá prioridade na aquisição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - IMPEDIMENTOS PARA A PRÁTICA DO COMÉRCIO: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FALECIMENTO DOS SÓCIOS: A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus sócios, podendo, com a anuência do sócio remanescente, ser admitido na sociedade o sucessor detentor da titularidade das quotas patrimoniais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de discordância do sócio remanescente, no caso previsto no caput, ou no caso de quaisquer dos sócios utilizar a faculdade prevista no artigo 1.029 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, a sociedade levantará balanço especial na data do evento, o qual deverá estar concluído no prazo de 90 (noventa) dias. Este balanço, ou o do último exercício social se dentro do prazo retro, será precedido de uma avaliação técnica de todos os ativos da sociedade devendo ser observadas na elaboração do mesmo, todas as provisões e reservas admitidas pela legislação fiscal e comercial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O herdeiro do sócio falecido deverá, em 15 (quinze) dias da apresentação do balanço especial, manifestar a sua vontade de ser integrado ou não à sociedade, sucedendo-o nos direitos e obrigações. Caso não exerça faculdade no prazo estabelecido, ou não haja concordância do sócio remanescente, receberá todos os seus haveres apurados no balanço especial, a que se referiu o parágrafo anterior, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, vencendo a primeira delas em 120 (cento e vinte) dias da data do aludido balanço, acrescidas ainda de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de interdição de qualquer dos sócios, persistirá ele no quadro social, cabendo ao curador nomeado substituí-lo em todos os atos, vedado o exercício de cargo de direção, sem aquiescência do outro sócio.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica estabelecido que, caso seja apurado prejuízo no balanço especial, este será deduzido dos créditos existentes, proporcionalmente às quotas de cada sócio.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de restar apenas um dos sócios no quadro social, deverá a sociedade ter o ingresso de novo sócio no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de sua liquidação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXCLUSÃO DE SÓCIO: O sócio poderá ser excluído da sociedade por justa causa, pela maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, em reunião de quotistas, especialmente convocada para este fim, da qual dar-se-á ciência ao acusado, com 10 (dez) dias de antecedência, para comparecer e exercer seu direito de defesa, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil.

PARÁGRAFO ÚNICO - A notificação aludida dar-se-á por carta com aviso de recebimento endereçada ao endereço indicado pelo Sócio, como domicílio, no Contrato Social.

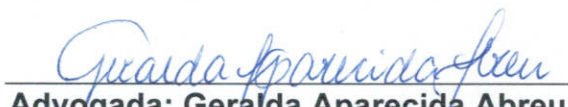
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos no que lhes for aplicável de acordo com a legislação em vigor, regendo-se, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima (parágrafo único, art. 1.053, CC/2002), ficando por tanto eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou eventuais litígios decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias, para que produza os efeitos legais.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2013.


Rosilane da Costa Resende
CPF: 036.720.616-11


Maria Aparecida de Resende
CPF: 693.362.706-30


Advogada: GERALDA APARECIDA ABREU
OAB/MG nº: 72.649




JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/12/2013 SOB Nº: 32900463674
Protocolo: 13/140721-0, DE 18/12/2013
CEU TELECOM E SOLUCOES LTDA
PAULO CEZAR JUFFO
SECRETARIO-GERAL